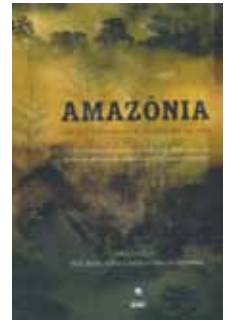


KELERSON SEMERENE COSTA

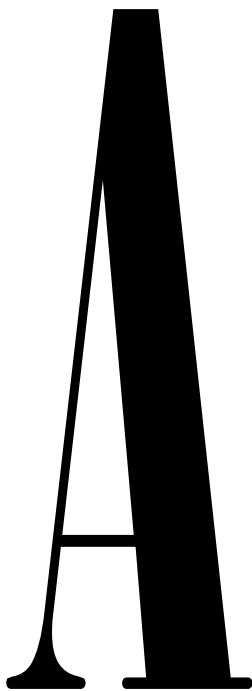
Quadros da Amazônia



Amazônia – Região Universal e Teatro do Mundo, de Willi Bolle, Edna Castro e Marcel Vejmelka (orgs.), São Paulo, Globo, 2010, 306 p.

KELERSON SEMERENE COSTA

é professor do Departamento de História e do Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade de Brasília.



quantidade de publicações dedicadas ao estudo de diferentes aspectos da região amazônica cresceu muito nas últimas duas ou três décadas. Entretanto, essa profusão de publicações está longe de satisfazer as exigências do conhecimento sobre a Amazônia. Por isso, novos títulos são sempre bem-vindos, sobretudo quando procuram romper o restrito círculo dos especialistas para alcançar o público mais amplo.

Esse é o caso de *Amazônia – Região Universal e Teatro do Mundo*, organizado pelos professores Willi Bolle, Edna Castro e Marcel Vejmelka, que o apresentam como “uma introdução multidisciplinar às principais questões ligadas à Amazônia, sob a ótica das ciências humanas” (p. 7), combinando artigos de disciplinas como história, geografia, antropologia, etnologia, sociologia, economia, literatura, comunicação e cultura. Apesar do manifesto caráter introdutório – na realidade, uma virtude, já que não são abundantes bons livros que apoiem a iniciação aos estudos amazônicos em nossas universidades –, o leitor experiente também encontrará nesse volume importante material para sua informação.

A proposta central dos autores é a de buscar uma melhor compreensão da importância da Amazônia – concebida, desde logo, como “região universal e teatro do mundo” – para o planeta, considerando as questões geopolíticas assim como sua presença no imaginário internacional.

Pode-se dizer que a fórmula pela qual o livro – que já conta com edição alemã, *Amazonien – Weltregion und Weltheater* – foi concebido é coerente com sua proposta central. Ele resulta de conferências proferidas no congresso internacional “Knowledge, Creativity and Transformations of Societies” (KCTOS), realizado em Viena, em dezembro de 2007, reunindo pesquisadores de diferentes instituições alemãs, austríacas e brasileiras. Inscreve-se, desse modo, na longa e profícua tradição de participação de pesquisadores da Alemanha e da Áustria nos esforços de conhecimento da natureza e da sociedade brasileiras e, em particular, da região amazônica, que remontam ao início do século XIX. Entre os alemães, basta citar Johann Baptiste von Spix, Karl Friederich Phillip von Martius, Georg Heinrich von Langsdorff, Robert Avé-Lallement, Paul Ehenreich, Karl von den Steinen e Emilia Sneathlaga, zoóloga que se tornou a primeira mulher diretora de uma instituição científica brasileira, o Museu Paraense, sucedendo os suíço-alemães Emílio Göeldi e Jacques Huber. E a missão científica austríaca que trouxe ao Brasil Heinrich Wilhelm Schott, Johann Sebastian Mikan e Johann Emmanuel Phol, além de Johan Natterer, que viveu dezoito anos em nosso país, dez dos quais na Amazônia. Portanto, ao ser, ele mesmo, manifestação de uma inquietação mundial, *Amazônia – Região Universal e Teatro do Mundo* afirma a importância de uma abordagem internacionalista sobre a região, orientada pela efetiva cooperação.

O volume reúne doze artigos, agrupados em três partes: “Expedições, Viagens, Etnografias”; “Dinâmicas Econômicas, Políticas e Sociais na Amazônia Contemporânea” e “Literatura e Ópera”. Eles abordam a Amazônia a partir de diferentes aspectos, que incluem a história, a etnografia e as relações interétnicas, a economia, as políticas de desenvolvimento regional, a integração continental e a cooperação internacional, as condições de vida das comunidades e a presença da região na literatura, de modo a oferecer ao leitor alguns recortes, como quadros da paisagem social e cultural amazônica.

EXPEDIÇÕES, VIAGENS, ETNOGRAFIAS

Foi uma boa escolha abrir o volume com um artigo de Willi Bolle sobre a viagem de Francisco de Orellana pelo Amazonas, em 1541 e 1542, porque foi essa viagem que lançou os fundamentos daquilo que, hoje, sustenta a proposta dos organizadores, isto é, a Amazônia como “região universal e teatro do mundo”. A expedição de Orellana não foi a primeira viagem de europeus em terras que hoje integram a região amazônica continental. Como observa Jean Paul Deler, ela foi apenas a mais expressiva de uma série de incursões hispânicas de menores proporções que, entretanto, permitiram a incorporação à economia colonial espanhola, ainda que em caráter provisório, de uma faixa de cem quilômetros de largura a leste dos Andes, na audiência de Quito, entre 1536 e 1560. Entre essas expedições, destacam-se aquelas comandadas por Díaz de Pineda, Alonso Mercadillo (da qual se conhece o relato do português Diogo Nunes, que a integrava), P. de Vergara, Diego Palomino, Gil Ramírez Dávalos e Juan de Salinas¹. Porém, por ter sido a primeira travessia completa da região dominada pelo grande rio, a expedição de Orellana foi a responsável pelo primeiro contato do europeu com intrincada e complexa geografia da região, em particular a sua imensa rede hidrográfica, e com suas infindáveis promessas de riquezas. E, também pela primeira vez, colocou frente a frente, em situações que variaram da cooperação ao conflito armado, os conquistadores europeus com a grande diversidade de povos que habitavam suas margens, em toda a sua extensão. Desse modo, ela estabeleceu os vínculos iniciais entre a Amazônia e outras partes do planeta, ainda que um processo contínuo de colonização só tivesse início mais de meio século depois.

O autor optou por abordar aquela viagem pioneira refazendo o percurso de Francisco de Orellana, de modo que parte do artigo é um breve relato de sua própria viagem

pelos caminhos percorridos pelos primeiros exploradores espanhóis mais de 465 anos antes. Numa época em que vivemos, por assim dizer, “afogados” em informações que nos chegam de todas as partes em grande velocidade, um simples relato de viagem pode parecer anacrônico. Mas não é, em razão da singularidade das observações nele contidas (em contraste com a informação massificada), que resulta daquilo que o viajante busca, de seu interesse, de sua percepção específica; e também porque esse curto relato nos informa sobre a situação de porções amazônicas do Equador e do Peru das quais poucas notícias circulam, mesmo em um mundo globalizado. A esse respeito, é curioso notar as dificuldades enfrentadas por Willi Bolle para refazer um trajeto percorrido pela primeira vez há quase cinco séculos! Para vencer os 4.250 quilômetros entre Puerto Misahuallí, no Rio Napo, e Macapá, próximo à foz do Amazonas, ele teve que recorrer a dez barcos diferentes, seis dos quais apenas nos 900 quilômetros navegados no Rio Napo! Essas regiões, nas quais o viajante de hoje não dispõe de transporte regular e encontra dificuldades para se hospedar e obter alimentos, provavelmente estiveram mais intensamente conectadas às regiões circundantes pela navegação a vapor, no auge da economia da borracha, nas últimas duas décadas do século XIX e no início do século XX. De acordo com os historiadores colombianos Camilo Domínguez e Augusto Gomez, em 1896, mais de 40 barcos a vapor navegavam todos os rios do departamento de Loreto, no Peru, além dos rios Napo e Putumayo².

Da apresentação de seu próprio relato, o autor passa à apresentação do relato da expedição de Orellana, redigido pelo frei dominicano Gaspar de Carvajal, situando-o historicamente e comentando suas diferentes versões e edições, bem como as traduções feitas no Brasil. Ele procede a uma leitura comparada da versão publicada por Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdéz, em sua *Historia General y Natural de las Índias*, e da versão publicada por José Toribio Medina, oferecendo um quadro sinóptico e um mapa da região que permitem ao leitor situar-se

1 Jean Paul Deler, *Ecuador: del Espacio al Estado Nacional*, Quito, Ediciones del Banco Central, 1985, p. 55.

2 Camilo Domínguez y Augusto Gomez, *La Economía Extractiva en la Amazonia Colombiana (1850-1930)*, Bogotá, Tropenbos Colombia/Cooperación Colombiana para la Amazonia, 1990, p. 171.

geograficamente. Discute, ainda, aspectos relacionados à logística e à estratégia da travessia, incluindo o difícil tema das relações estabelecidas entre os viajantes e os povos indígenas ao longo do trajeto. Mas não se detém no porto final da aventura espanhola, já no Caribe, ao tecer considerações sobre seu desdobramento: o fracassado retorno de Francisco de Orellana ao Rio Amazonas para estabelecer um projeto de colonização, a Nova Andaluzia.

A crônica de Carvajal, bem como os diversos relatos da expedição de Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre (1561), conheceu um relativo esquecimento em razão do presumido caráter fantasioso a ela atribuído pelos historiadores ao longo do século XX – a lenda das amazonas, o suposto exagero nos dados numéricos sobre a população indígena, feitos “mirabolantes” de seus homens. Contudo, seu valor tem sido recuperado, desde a década de 1970, por pesquisas arqueológicas e por estudos em etno-história que procederam a uma crítica mais adequada dessa importante fonte histórica. Como esses estudos quase sempre se restringem ao público especializado, a divulgação e a análise que se faz desse documento adquirem, portanto, grande importância.

Willi Bolle conclui seu artigo ao afirmar que, embora, a partir do século XVIII, tenha havido, nas abordagens sobre a Amazônia, “um distanciamento do maravilhoso, das fábulas e da mitologia em prol dos fatos científicos” (p. 53), os mitos presentes no relato de Carvajal, sobretudo o mito do Eldorado, sobrevivem nos fundamentos das iniciativas estatais e privadas para a região – ideia que voltará a aparecer em outros artigos do volume. Ao comentar a difusão das imagens paradisíacas da América, no século XVII, Sérgio Buarque de Holanda alerta para que não nos enganemos “com muitas dessas descrições inflamadas, que podem encobrir os apetites demasiado profanos de algum especulador de terras ou engajador de braços”³. Mas, em seguida, observa: “Contudo o simples fato de servir para enlear desprevenidos já não sugere uma persistente vitalidade dos motivos edênicos?”⁴. Talvez os mitos já não sobrevivam entre políticos,

tecnocratas e investidores que estão sempre a prometer alguma “boa-nova”. Mesmo assim, nas últimas décadas, milhares de desprevenidos colonos, enleados pelas promessas governamentais, migraram para a Amazônia em busca do seu Eldorado. A propósito, Edna Castro (em artigo a ser comentado adiante) identifica na denominação de vilas, povoados, fazendas ou sítios surgidos nesse período o “imaginário da conquista”, expresso em nomes como Mundo Novo, Eldorado do Carajás, Novo Canaã, Vitória da Conquista, Redenção, Nova Esperança, entre outros. Aliás, vale lembrar que o mesmo fenômeno se verificou durante a expansão dos seringais no século XIX, configurando, em ambos os casos, o que poderíamos chamar de uma “toponímia da esperança”.

Os estudos etnográficos na Amazônia, entre as duas décadas finais do século XIX e a primeira metade do século XX, são os temas tratados por Joachim Tiemann e Priscila Faulhaber. Tiemann oferece importante contribuição ao comentar aspectos dos diários de viagem de Paul Ehrenreich (1855-1914) pelo Rio Purus, em 1889. Ehrenreich viajou e fez estudos etnográficos, na mesma década, também pelos rios Doce, Araguaia e Tocantins. Participou da segunda viagem de Karl von den Steinen ao Xingu, quando foram descobertas as nascentes desse rio. A partir de suas viagens, Paul Ehrenreich publicou diversos estudos que contribuíram para os fundamentos da etnografia dos índios brasileiros. Algumas de suas obras foram prontamente publicadas no Brasil, a partir de 1892, em volumes das revistas da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em traduções de Capistrano de Abreu e Oliveira Lima. Entretanto, os diários de viagem continuam inéditos, e nisso reside uma contribuição maior de Tiemann, ao compartilhar com o leitor o potencial dessas fontes para novos estudos a respeito da trajetória do etnógrafo alemão.

Priscila Faulhaber, a seu turno, apoia-se na experiência de quase três décadas de estudos em etnologia indígena no Rio

3 Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, 6ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1994, p. xiv.

4 Idem, *ibidem*.

Solimões e, portanto, em sólido conhecimento dos estudos etnográficos desenvolvidos naquela região, como é o caso dos autores considerados em seu artigo: o francês Constant Tastevin (1880-1962) e Curt Nimuendaju (1883-1945). Faulhaber discute as condições nas quais Tastevin e Nimuendaju produziram estudos etnográficos, considerando tanto as relações que eles mantinham com o meio científico europeu e o mercado internacional de bens culturais, como as condições específicas sob as quais atuaram. Faulhaber destaca a perenidade das relações de Tastevin e Nimuendaju com os povos junto aos quais trabalharam. Mais do que estudá-los, eles colaboraram com o órgão indigenista nacional, o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado em 1910, na demarcação de territórios, ao mesmo tempo em que se envolviam nos problemas que essas populações enfrentavam em sua relação conflituosa com a sociedade nacional. Por isso, foram vistos pelos índios como seus “protetores”, imagem paternal que persistiu na memória de vários grupos indígenas do Solimões, como a autora pôde ainda constatar pelos trabalhos de campo que realizou na região décadas depois da morte de Tastevin e de Nimuendaju.

Embora produzidos em diferentes circunstâncias e métodos de trabalho, os relatos e estudos deixados por homens como Ehrenreich, Tastevin e Nimuendaju assumem grande importância também ao considerarmos o período em que foram produzidos, quando o extrativismo do látex estava em franca expansão nos afluentes do Solimões, entrando em declínio por volta de 1920. Embora as principais povoações do Solimões tivessem se originado de aldeamentos jesuíticos do século XVII, até meados do século XIX os rios Purus e Juruá não haviam sido navegados senão por expedições de coletores de “drogas do sertão” e de caçadores de escravos. Apenas a partir da década de 1850 é que esses rios passaram a ser ocupados e povoados pelas frentes de expansão do extrativismo. O impacto dessa expansão sobre os povos indígenas foi, mais uma vez, devastador, resultado

da captura dos índios para o trabalho nos seringais ou mesmo no extermínio físico de muitos povos, alguns deles em seu primeiro contato com a sociedade nacional. Foi esse quadro etnográfico em franca transformação e, desde então, irreversivelmente alterado que Ehrenreich, Tastevin e Nimuendaju puderam registrar. Em particular, Tastevin preocupava-se com o registro e o salvamento de povos e de línguas em processo de extinção. Mais ainda, estimulava alguns grupos a assumirem a identidade indígena, promovendo, desse modo, o surgimento de “novos índios”, em processo que Faulhaber julga ser “semelhante ao que chamamos hoje de ‘etnogênese’, ou seja, construção da identidade indígena sem uma correspondência imediata a povos previamente reconhecidos” (p. 96).

DINÂMICAS ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS NA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA

Os artigos de Edna Castro, Alfredo Wagner Berno de Almeida e Rosa Acevedo tratam, por assim dizer, de temas “quentes”, isto é, temas relacionados a políticas públicas e conflitos sociais que, em nossos dias, estão definindo as formas de apropriação e de utilização do território amazônico e seus recursos naturais. O artigo de Almeida e Acevedo, “Campanhas de Desterritorialização da Amazônia: o Agronegócio e a Reestruturação do Mercado de Terras”, identifica um processo em curso já há alguns anos, articulado pelo “agronegócio” com o objetivo de incorporar novas terras aos seus empreendimentos econômicos, em um contexto de elevação dos preços das terras em algumas regiões da Amazônia em decorrência do aumento dos preços das *commodities* agrícolas. Esse processo, que os autores denominam “desterritorialização”, consiste em um conjunto de estratégias veiculadas por meio de proposições em tramitação ou já aprovadas no Congresso Nacional.

Com efeito, depois de um longo período desde a promulgação da Constituição de 1988 e da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992, a Eco 92, quando houve importantes avanços no que concerne à política ambiental e à demarcação de terras indígenas e dos territórios das chamadas populações tradicionais – ainda assim, avanços muitas vezes mais expressivos pela criação de normas legais do que pela intensidade de sua aplicação –, assistimos agora a uma inaudita articulação de interesses, maior e mais organizada do que se conheceu nos últimos vinte anos, que tenta botar freio nessas conquistas, movimento bem traduzido por Almeida e Acevedo em seu artigo.

As iniciativas são muitas. Se, há alguns anos, fazer parte da Amazônia Legal era interessante enquanto permitia o acesso a investimentos e incentivos fiscais do governo federal, agora, quando representa, sobretudo, restrições de caráter ambiental ao uso da terra, alguns estados pleiteiam sua própria exclusão. Em nome da ampliação das áreas agricultáveis, uma revisão do Código Florestal também está em andamento, propondo-se a redução da reserva legal dos imóveis rurais, a revisão dos critérios de definição das Áreas de Proteção Permanentes e a anistia ampla aos que praticaram o desmatamento ilegal, enquanto a grilagem de terras públicas já foi legitimada pela regularização das posses ilegais de até 1.500 hectares. Os autores lembram, ainda, as propostas de liberação de crédito para quem pratica crime ambiental e de redução da faixa de fronteira internacional – porção do território brasileiro, definida pela Constituição Federal, onde a propriedade e o uso da terra estão submetidos a restrições. Valeria a pena acrescentar a esse rol as frequentes contestações dos limites de terras indígenas junto ao Supremo Tribunal Federal e as propostas para que sua demarcação passe a ser atribuição do Congresso Nacional – situação que tornaria esse processo ainda mais suscetível às pressões políticas das bancadas regionais.

Em “Políticas de Estado e Atores Sociais na Amazônia Contemporânea”, Edna Castro sustenta que as políticas atualmente em curso, que concebem a região como um vazio a ser ocupado e como reserva de terras e recursos naturais a serem convertidos em riqueza, são uma atualização do antigo mito do Eldorado, que tanto mobilizou os primeiros colonizadores. Embora essa seja uma ideia presente na argumentação de muitos dos que se dedicam ao estudo das dinâmicas atuais na Amazônia, o artigo de Castro chama a atenção para um tema pouco discutido nos diversos círculos que se dedicam às questões amazônicas contemporâneas: a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, a IIRSA, esforço conjunto dos doze países do continente para desenvolvimento da infraestrutura em comunicações, energia e transportes em toda a América do Sul. Nos assim denominados “Eixo do Amazonas”, “Eixo do Escudo da Guina” e “Eixo Andino”, áreas de atuação da Iniciativa em território amazônico, a IIRSA inclui dezenas de projetos que deverão proporcionar, sobretudo, maior facilidade de escoamento dos produtos regionais para os mercados mundiais.

Castro manifesta justificada preocupação, já que, de fato, as grandes obras de infraestrutura vêm recebendo muito mais atenção do que outros aspectos tão importantes do processo de integração entre os países amazônicos, como as condições de vida nas áreas de fronteira, a ampliação da colaboração científica, técnica e cultural e a definição de uma política regional pautada pela correta utilização dos recursos naturais e pelo respeito aos direitos das populações amazônicas. Para ela, é difícil ver o projeto oficial de integração “como um projeto de sociedade”, pois “a estratégia-chave do planejamento governamental para a Amazônia é aumentar sua vinculação aos mercados e promover a abertura de novas fronteiras de recursos em proveito da iniciativa privada” (p. 120). Corremos, assim, o risco de que o tão almejado processo de integração entre os países tenha como resultado apenas a ampliação em escala

do atual modelo predatório de ocupação e exploração do território.

Da integração regional entre os países amazônicos, somos levados ao tema da cooperação internacional de países europeus e dos EUA para a Amazônia, no artigo “Econegócios e Cooperação Internacional: Novos Discursos sobre a Amazônia”, de Neusa Pressler, e a uma síntese, apresentada por Ulrike Tiemann-Arsenic, dos resultados de uma interessante pesquisa de campo realizada por estudantes de Geografia da Universidade de Tübingen junto a duas comunidades do estado do Amazonas: ribeirinhos das proximidades de Manaus e agricultores do município de Presidente Figueiredo.

A segunda parte do volume apresenta, finalmente, artigo em que Eckhard E. Kupfer oferece ao leitor uma visão geral da economia regional, desde o século XVIII até os nossos dias, baseando-se não apenas na literatura sobre o tema, como também em sua própria experiência como executivo de empresas instaladas na Zona Franca de Manaus. O esboço é, de fato, interessante e útil ao leitor que se inicia nos estudos amazônicos. No entanto, creio que Kupfer exagera ao afirmar, em suas conclusões, que a iniciativa da Zona Franca representa o “êxito retumbante de um projeto de desenvolvimento no Norte do país” (p. 204). Embora as atividades da Zona Franca sejam responsáveis pelo bom desempenho de alguns importantes indicadores econômicos, observam-se, ainda assim, elevados níveis de concentração de renda na cidade de Manaus e um grande desequilíbrio entre a capital, que concentra cerca de 80% da riqueza e 50% da população, e os outros 61 municípios do estado. Mais de quarenta anos depois da instalação da Zona Franca, o estado do Amazonas ainda apresenta taxas de habitantes vivendo abaixo da linha da pobreza que se encontram entre as maiores do país⁵. Aliás, um trecho de um romance de Milton Hatoum bem retrata o fluxo de índios e caboclos do interior para a capital que se industrializa, e a força social e cultural dessa transformação, quando “grandes cargueiros achatavam barcos e canoas”:

“Uma tarde de domingo, minha mãe me convidou para passear na praça da Matriz. Perto dali, atracados no Manaus Harbour, os grandes cargueiros achatavam barcos e canoas, ocultando o horizonte da floresta. No centro da praça não havia mais a multidão de pássaros que encantava as crianças. Agora o aviário que tanto me fascinara estava silencioso. Sentados na escadaria da igreja, índios e migrantes do interior do Amazonas esmolavam”⁶.

LITERATURA E ÓPERA

A terceira e última parte do volume assinala o que é sua maior singularidade ao incluir artigos sobre literatura e ópera. Embora em menor escala do que outras áreas de estudo sobre a região, os estudos sobre a literatura amazônica também têm crescido. Do mesmo modo, não são poucos os casos de obras literárias produzidas, sobretudo ao longo do século XX, que tenham como referência aspectos da realidade regional. No entanto, nestes tempos de preocupação com o futuro da Amazônia, mesmo quando a abordagem é multidisciplinar, é raro encontrarmos coletâneas de artigos que incluam a contribuição da arte, em geral, e da literatura, da música e do teatro, em particular, para a o entendimento da região. Uma exceção importante são os volumes que a *Revista USP* e a revista *Estudos Avançados* dedicaram à Amazônia brasileira, em 1992 e 2005, respectivamente, incluindo artigos sobre cinema, música e literatura. O tema ganha destaque nesse *Amazônia – Região Universal e Teatro do Mundo*, que conta com cinco autores dedicados aos estudos de literatura e teatro. Além disso, os conceitos que emprega para a compreensão da Amazônia partem da ideia de “literatura universal”, de Goethe, e da metáfora do “Grande Teatro do Mundo”, de Calderón de la Barca – na verdade, um grande anfiteatro, como bem observam os organizadores do livro ao empregarem antiga imagem criada pelo explorador francês Henri Coudreau,

5 Para uma discussão sobre alguns indicadores socioeconômicos da Amazônia, consultar: Danielle Celentano & Adalberto Veríssimo, *A Amazônia e os Objetivos do Milênio*, Belém, Imazon, 2007; Márcio Pochman et al., *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, São Paulo, Cortez, 2003.

6 Milton Hatoum, *Dois Irmãos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 240.

ainda em 1896, e recuperada, depois, por Raimundo Moraes e por Eidorfe Moreira.

De fato, entender a Amazônia como “região universal e teatro do mundo” passa, necessariamente, pelo conhecimento de algumas importantes representações literárias sobre a região. Temos, então, quatro artigos nos quais encontramos representações elaboradas a partir de diferentes processos.

Marcel Vejmelka analisa um livro da antropóloga e escritora nipo-brasileira Karen Tei Yamashita, *Through the Arc of the Rain Forest*, traduzido no Brasil como *Matacão, uma Lenda Tropical*. O argumento da obra se constrói a partir de certa interpretação da experiência histórica da Amazônia. Na história criada por Yamashita, encena-se a reedição, em nossos dias, da busca do Eldorado, da euforia e da riqueza efêmeras e, mais uma vez, do abandono. Yamashita entende a região como um “palco global” em que “atores” das mais diversas procedências reúnem-se, cada qual com sua peculiar visão desse Eldorado atualizado.

Enquanto o livro de Karen Tei Yamashita se constrói pela recriação de momentos de euforia nos quais a região se projeta para o mundo, a obra de Dalcídio Jurandir (1909-79), ao contrário, edifica-se no silêncio e no esquecimento que se seguiram à *débâcle*. Entre 1941 e 1978, Dalcídio Jurandir publicou onze romances, dez dos quais integram o chamado “Ciclo do Extremo Norte”. Para Gunter Karl Pressler, ele escreveu “contra o declínio” da região Norte. Ao longo de seus romances, enquanto a sociedade regional entra em decadência, o personagem Alfredo é um jovem que se movimenta, com esperança, entre a Ilha de Marajó, Belém e o Rio de Janeiro em busca de novos horizontes. Pressler se associa aos esforços que vêm sendo empreendidos, especialmente no Pará, para a devida valorização da obra desse escritor nascido no município de Ponta de Pedras, na Ilha de Marajó, qualificado aqui como o maior romancista da Amazônia. Ele propõe retirar dessa obra o rótulo de “regionalismo menor” ao identificar uma dimensão universal nos aspectos do cotidiano e do regional sobre os quais ela se constrói.

Stefan Kutzenberger procura identificar os vínculos entre a Amazônia e a obra do escritor austríaco Robert Musil (1880-42). Encontra-os no romance *O Homem Sem Qualidades*, tanto na barbárie que caracteriza o personagem de um assassino de mulheres, que o assemelha a um “selvagem”, quanto nos estados de transe pelos quais o personagem Ulrich procura escapar do “vazio da sociedade moderna”, buscando experiências que atenuem “a saudade da liberdade da vida original ou até do paraíso perdido” (p. 267), ao que Musil denominou de “estado-outro”. Kutzenberger sustenta que Musil formulou sua noção de “estado-outro” a partir do conceito de “participação”, de Lucien Lévy-Bruhl, empregado em *Funções Mentais das Sociedades Inferiores* e, em particular, ilustrado pela experiência dos índios bororos, do Mato Grosso, registrada por Karl von den Steinen. Esse fio tênue que vincula a obra de Musil à Amazônia, por meio da imagem do índio sul-americano, é, ademais, uma demonstração do alcance daqueles estudos etnográficos da segunda metade do século XIX tratados na coletânea por Joachim Tiemann ao comentar os diários de Paul Ehrenreich, parceiro de Steinen no Xingu.

O livro se encerra com uma tentativa de, concretamente, levar ao palco a região que é “teatro do mundo”. Trata-se do projeto, exposto por Joachim Bernauer em “O Amazonas como Ópera: Onde Artemídia e Teatro Musical Contemporâneo se Encontram como os Rios Negro e Solimões”, de uma ópera multimídia sobre a Amazônia que sensibilize o mundo para o processo de destruição da floresta. O projeto é simbolicamente expressivo, pois propõe uma ópera que espelhe, desde seu processo de elaboração, novos métodos de abordagem e novos parâmetros de relacionamento entre a região e o mundo, isto é, uma obra que não seja apenas o resultado de uma representação ocidental sobre a Amazônia, mas que resulte do diálogo e da cooperação entre artistas e pesquisadores brasileiros e alemães e os povos indígenas. O projeto contou com a adesão dos ianomâmis e, apesar das divergências entre sociólogos e

antropólogos convidados sobre a viabilidade do projeto, ou seja, sobre a possibilidade de um efetivo diálogo entre as culturas, a ópera veio a ser encenada em Munique e em São Paulo, em 2010.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Para melhor compreender o lugar da Amazônia, tão importante quanto conhecer as diversas representações externas que sobre ela foram elaboradas desde o século XVI é evitar considerá-la apenas como uma tela sobre a qual se projetam as mais variadas imagens, uma região passiva, definida sempre a partir de fora. Deve-se procurar, ao contrário, entender essa “região universal” a partir de suas relações e interações com a nação e o mundo. Isso pressupõe admitir a existência de uma via de mão dupla, pois, no que se refere a ideias e visões de mundo, recortes de tipo geográfico, que buscam delimitar rigorosamente o que é “externo” e o que é “interno” a uma região, não são os mais adequados. Por isso, a presença na coletânea de um artigo como aquele em que se analisa a obra de Dalcídio Jurandir, conforme comentamos acima, é, ao nosso ver, bastante adequada, não como valorização provinciana da produção local, mas como contraponto à ideia corrente de que a Amazônia é produto exclusivo de olhares e discursos externos. Desde meados do século XIX, pelo menos, obras literárias, como a de Dalcídio Jurandir, manifestos políticos, ensaios e estudos históricos e geográficos expressam a elaboração intelectual sobre a Amazônia produzida no seio de uma sociedade que é o resultado de uma longa dinâmica histórica – ainda que pese sobre a região, mesmo em nossos dias, a antiga alcunha de “terra sem história”.

Ainda assim, creio que cabem certas ponderações sobre algumas ideias presentes em artigos de *Amazônia – Região Universal e Teatro do Mundo*. Em algumas análises, por exemplo, estabelece-se uma oposição entre região e nação, o Estado brasileiro e as elites nacionais sendo os responsáveis

pela integração em bases colonialistas, ideia marcante em alguns dos artigos que tratam das políticas contemporâneas para a Amazônia. Não se pretende negar, aqui, a existência de importantes desigualdades regionais e o papel que o governo central exerce no processo de ocupação do território amazônico. Porém, é preciso considerar o papel que as elites regionais desempenharam, e desempenham ainda, nesse processo. A historiografia tem reconsiderado as relações entre poder central e poder local na história do Brasil, procurando demonstrar que a unidade política e territorial do país não resultou apenas da força e da imposição, mas também de processos de transação que revelam a dependência mútua entre as partes envolvidas⁷. A esse respeito, é ilustrativo mencionar o papel das elites amazônicas na formulação do conceito de Amazônia. Entre os séculos XVI e XIX, a região dominada pela Bacia Amazônica e pela floresta recebeu diversas denominações. Mas o conceito de Amazônia surgiu apenas nas últimas décadas do século XIX, empregado por intelectuais e políticos paraenses para definir o conjunto dos estados banhados pelo Rio Amazonas e muitas vezes associado ao discurso separatista difundido por homens como José Veríssimo e José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó. Ao estabelecerem uma identidade que se distingue e se opõe ao resto do país, as elites apresentam-se, acima das profundas diferenças que marcam a sociedade regional, como portadoras e guardiãs dos interesses coletivos dos “filhos da Amazônia”, reforçando e legitimando seu poder. Essa estratégia atravessou o século XX e ainda é um instrumento de barganha muito útil em nossos dias. Sob tal perspectiva, podemos, então, afirmar que a Amazônia foi “inventada” pelas elites regionais.

Em artigo que sintetiza os resultados da pesquisa de campo realizada por estudantes de Geografia da Universidade de Tübingen, afirma-se que: “Um problema central da região é a contradição entre os interesses nacionais e internacionais de um lado (proteção do meio ambiente) e os interesses dos ribeirinhos (garantia do

7 Consultar, por exemplo, Miriam Dolnikoff, *O Pacto Imperial: Origens do Federalismo no Brasil*, São Paulo, Globo, 2005.

próprio sustento) do outro” (pp. 125-6). Ora, as diferentes atitudes em relação ao meio ambiente – atitudes de proteção ou, inversamente, atitudes predatórias dos recursos naturais – não estão assim tão claramente distribuídas segundo os limites geográficos de uma determinada região. Cabe perguntar o que devemos exatamente entender como interesses nacionais, supostamente identificados com a proteção do meio ambiente, uma vez que o assunto é motivo de grandes divisões e fortes polêmicas na sociedade brasileira.

Podemos perguntar, ainda, o que deveríamos entender como interesses associados a um discurso ambientalista internacional, supostamente homogêneo e desprovido de contradições, referência presente em diversos momentos da coletânea, em particular na análise que se faz do tema da cooperação internacional, que deixa a impressão de que a preocupação ambiental com a Amazônia é como uma planta exótica, oriunda de pressões internacionais. De fato, tais pressões existem e atuam com grande força, mas não procedem de uma única matriz de pensamento. Cabe, portanto, estabelecer as distinções e evitar as generalizações indevidas, assim como é necessário reconhecer o papel que movimentos sociais da Amazônia desempenharam em defesa da floresta muito antes da cúpula de Huston, em 1990, e da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992, nas quais foi concebido o Programa Piloto

para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o PPG-7.

É certo que necessidades das populações amazônicas constituem um fator de pressão sobre os recursos naturais. Mas também é certo que muitas atitudes conservacionistas têm partido de setores dessa população. Entre tantos exemplos contemporâneos, o mais eloquente continua a ser o movimento dos seringueiros que, com a fórmula das reservas extrativistas, apresentou uma alternativa para o dilema entre a necessidade de utilização e a conservação dos recursos naturais – mesmo que a eficácia dessa alternativa seja ainda objeto de polêmica. Aliás, como afirmam os organizadores na “Apresentação” do volume: “Devem ser lembrados os movimentos atuais das populações tradicionais da Amazônia para preservar esse bioma único na face da Terra e suas expressões culturais, como os mitos e as lendas indígenas” (p. 8).

Essas ponderações críticas em nada comprometem uma apreciação positiva de *Amazônia – Região Universal e Teatro do Mundo*. Ao contrário, apenas ressaltam o fato de que, ao convidarem o leitor para o universo dos estudos amazônicos, seus autores não recorreram ao caminho fácil do “bazar de curiosidades” e nem se limitaram à simples tarefa informativa. Antes, optaram por colocá-lo diante de algumas questões polêmicas e fundamentais para o futuro da Amazônia.